# Ata do Órgão Deliberativo



## MINUTA DA ATA

(sessão realizada em 28 de abril de 2022)

Wesa:
Presidência: João Alfredo Fernandes Teixeira
Faltas: Lisandra de Jesus André Pereira Germano
Presenças:

Amândio de Sousa Rodrigues Norberto
Ana Catarina da Silva Norberto
Ernestina Maria Valongo Martins Castro
João Diogo de Castro Nabais dos Santos
João Nuno Cabral e Pereira da Silva
José Luís Afonso Domingos
Leonel Dinis Brás
Luis Manuel Dias Martins
Luis Miguel Madeira Afonso
Maria Margarida do Livramento Claudino
Sérgio Manuel Palma Vicente
Victor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa

António Manuel Martins Pereira Fernanda Isabel Lopes de Sousa Maria do Rosário Custódio Sousa Nuno Duarte Gonçalves Emídio

Hora de abertura: 21:12 horas







## Sessão de 28/04/2022

## Ordinária

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
Período da Ordem do Dia
Ponto 4 – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal – Aprovação de minutas de Acordos de Transação – Plano Pormenor N.º 1 de Altura;
Municipal.







## Sessão de 28/04/2022

#### Ordinária

Composição da Assembleia — Dando início à sessão o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, saudou todos os presentes e verificou a composição da Assembleia. Não podendo estar presente nesta sessão a deputada Lisandra Germano fez-se substituir pelo deputado Amândio Norberto.
A falta foi devidamente justificada
Antes de iniciar os trabalhos o a bancada do PS apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Castromarinense General Lino Miguel. Este voto teve a anuência de todos os presentes, seguindo-se um minuto de silêncio em sua honra.
APROVAÇÃO DE ATA: Foi presente a Ata de 28 de fevereiro, a fim de ser apreciada e aprovada:
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata. Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na sessão a que a Ata diz respeito
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
PONTO 2 – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO CONSULTIVA DA REVISÃO DO PDM – Foi presente à assembleia municipal uma proposta da bancada do PSD, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante.
Foi proposto o deputado Luis Filipe Ribeiro Cruz como representante efetivo e o deputado Victor Rosa como representante suplente para integrar a Comissão Consultiva da Revisão do PDM
Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado, catorze votos a favor e cinco votos em branco. A Assembleia Municipal deliberou assim por maioria, aprovar a proposta
PONTO 3 – APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL – RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2021 – Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros.
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta. Registaram-se treze votos a favor da bancada do PSD, cinco votos contra da bancada do PS e uma abstenção do deputado Amândio Norberto da bancada do PS



## Sessão de 28/04/2022 Ordinária

PONTO 4 — APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL — APROVAÇÃO DE MINUTAS DE ACORDOS DE TRANSAÇÃO — PLANO PORMENOR N.º 1 DE ALTURA — Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros.
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta
PONTO 5 – APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL – 2º ALTERAÇÃO MAPA PESSOAL PARA O ANO DE 2022 - Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros.
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta
PONTO 6 – APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL - PROJETO DE REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL - Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros.
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta.



#### Assembleia Municipal de Castro Marim

Às 23 horas e 35 minutos foi aprovada e assinada a Minuta da Ata e encerrada
sessão, que eu Primeir
Secretário, subscrevi.
O Presidente da Assembleia,  João Alfredo Fernandes Teixeira
O Primeiro Secretário,  Luis Filipe Ribeiro Cruz
O Segundo Secretário,  Diane Currito Romão



A bancada do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Castro Marim propõe que seja nomeado o deputado Luís Cruz, como representante efetivo da Assembleia Municipal, e o deputado Victor Rosa, como representante suplente da Assembleia Municipal, para integrar a Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Castro Marim, nos termos do ponto 2 do período da Ordem do Dia da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 28 de abril de 2022.

Castro Marim, 28 de abril de 2022

Pela bancada do PSD

Victor Rosa

## Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Castro Marim

# J. W.

## DECLARAÇÃO DE VOTO

ASSUNTO - Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas - Exercício do ano 2021 -

Os membros do Partido Socialista abaixo assinados, pertencentes a este órgão do município, no âmbito das competências expressas na alínea I) do nº 2, do Artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, face à apresentação, análise e discussão dos documentos em referência, têm sobre os mesmos a seguinte posição:

Feita uma apreciação de teor administrativo e outra de âmbito mais marcadamente político, a ossa posição reflete-se numa verificação às Contas face às despesas e investimentos realizados, constatando-se, mais uma vez, a repetição dos sucessivos erros nas <u>previsões orçamentais</u> sob a responsabilidade dos executivos liderados pelo PSD há mais de 8 anos, o que temos vindo a denunciar repetidas vezes continuando, assim, o executivo na senda do incumprimento do prometido aos castromarinenses de forma mais ou menos ligeira.

Não existem profundas diferenças entre os documentos agora apresentados e os dos anos anteriores, já que no capítulo das previsões de arrecadação das Receitas e das Despesas inerentes, estas Contas enfermam do mesmo estilo, demonstrando o elevado erro de previsão no campo da arrecadação de Receitas que são fortemente empoladas em sede Orçamental. A média da execução Orçamental dos anos anteriores situou-se sempre entre os 56% e os 74% abatxo do previsto, valores que demonstram claramente a forte capacidade de iludir aqueles que neles acreditaram, coisa que sempre denunciámos publicamente e continuamos a tornar visível a nossa insatisfação face ao sucedido, que em nada dignifica a boa e necessária gestão que queremos para o Concelho.

As Contas de Gerência do ano 2021 agora apresentadas cifram-se numa capacidade de execução péssima na ordem dos 62%, repartida por 86% (10.003,809 Euros) no capítulo das Despesas Correntes e 37% (4.102,118 Euros) nas Despesas de Capital.

As Contas registam, ao nível da **Receita**, uma arrecadação de **15.833,652 Euros**, representando **77,11%** do previsto inicialmente, distribuída por Correntes <u>13.888,442</u> **Euros** e Capital <u>1.953,229</u> **Euros**, correspondendo respectivamente a **94,28%** e **30,92%** do estimado, o que situa, à semelhança dos anos anteriores, muito abaixo dos **85%** para efeitos do nº3, do Artigo 56º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro. Refira-se, no entanto, que o ano de 2021 foi aquele em que o município de Castro Marim mais quantidade de **Receitas** arrecadou desde sempre, face ao aumento substancial de transferências da Administração Central na componente do Fundo de Equilíbrio Financeiro e, em resultado da cobrança de Impostos Directos, que tiveram um aumento substantivo de 31,44 %, com o contributo do IMT, do IMI, do IRS e do IVA.

No capítulo das <u>Despesas Correntes</u>, sector que absorvau substancialmente a parte significativa do Exercício (86%), deixando-se para as <u>Despesas de Capital</u> apenas 37%, verificamos que as obrigações estritamente funcionais de manutenção e melhoria dos equipamentos e infra-estruturas públicas e o sector administrativo do município hipotecam largamente o futuro do concelho, não deixando muita margem para o investimento na requalificação dos espaços públicos, na criação de infraestruturas de apoio ao sector empresarial público e privado de que tanto necessitamos, na ativação de planos estratégicos para a habitação e comércio com dimensão para o desenvolvimento local e regional, para a valorização do importante património arquitectónico existente, etc..etc..

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, importante meio de planeamento para o município, aqui o erro de previsão ainda é <u>mais gritante</u>, já que do previsto apenas 32 % fora realizado. Apetece-nos assim perguntar: por onde andam os projectos estruturantes para o concelho e que continuam a não ver a luz do dia? Por onde andam então as obras tantas vezes já faladas nos anteriores executivos? Área de Negócios do Sotavento Algarvio; a já velha e gasta Urbanização "Baesuris"; a tão necessária e estruturante Valorização do Castelo de Castro Marim e do Forte de S. Sebastião e de todo o casco urbano da vila; o imprescindível Arranjo Paisagístico la frente de Mar de Altura e zona comercial, que constituirá um impulso fundamental para o turismo e actividades económicas da zona, o plano de pormenor da zona poente de Castro Marim, o Plano de Urbanização de Azinhal etc, e para quando o real impulso à revisão do PDM de Castro Marim? Não nos bastamos só com promessas, queremos ver realizações concretas.

De salientar que, muito embora o limite máximo da dívida não tenha sido atingido, verificamos a existência de uma dívida a 31 de dezembro de 2021 no valor de 4. 483, 435 Euros e com uma margem disponível de endividamento de 2.261,261 Euros, o que de facto constitui uma situação positiva no contexto global que devemos observar com agrado enquanto oposição responsável.

Na condição de eleitos locais que representamos todos os castromarinenses e em particular aqueles que em nós votaram e acreditaram, os nossos eleitores não nos compreenderiam se não defendessemos princípios que uma oposição séria, construtiva e consciente deve revelar, apontando soluções, alertando e denunciando com sentido de pedagogia, dando o nosso contributo sério para a realização das obras e investimentos que se adequem convenientemente s verdadeiras necessidades do concelho.

Outrossim, casos existem em que a nossa intervenção é regulada pela censura e contestação veemente sobre os desejos e propostas desta maioria absoluta e de outras que governaram o executivo durante mais de 24 anos consecutivos, quando as suas vontades e decisões expressas sejam por nós consideradas não prioritárias ou até mesmo dispensáveis perante os castromarinenses, sugerindo-se sempre a possibilidade de aplicação dessas verbas noutras obras e investimentos de maior justificação e não em obras de fachada de necessidade duvidosa que demonstram um erro de investimento à vista do leigo mais desatento, que em nada contribuem e contribuíram para o desenvolvimento do nosso concelho, como temos verificado em algumas que por aí andam...

Continuamos a verificar a repetida incapacidade de execução do prometido, sempre acompanhada pelas desculpas propaladas pelo executivo em presença das últimas situações problemáticas que o País atravessou e atravessa com as consequentes adversidades. A nossa percepção é a de que existe neste executivo uma forma pouco ambiciosa e pouco rigorosa

para aplicar os nossos parcos recursos financeiros, o que evidencia falta de estratégia, ficando-se apenas o presidente do executivo pelos apoios de circunstância na área social e da misericórdia familiar como notas emblemáticas.

Note-se que este executivo diz repetidamente não ter Receitas suficientes para os investimentos e sobrecarrega na Taxa do IMI dos castromarinenses, como sendo o principal meio de arrecadação de Receita, e, afinal, passou o ano económico de 2021 para o ano 2022 com um Saldo de Gerência de mais de 4 milhões de Euros, não conseguindo aplicar convenientemente esse valor ao serviço do crescimento e do desenvolvimento que o concelho tanto ambiciona. Recorde-se que em época de tantas dificuldades sociais e financeiras no concelho, como a que temos vindo a atravessar, foram os eleitos do PS a propor uma diminuição da Taxa do IMI a qual foi rejeitada pela maioria PSD. Verificamos agora que passámos o ano económico com esta elevada quantia de Saldo financeiro não aproveitado em beneficio dos castromarinesnes!

A nossa votação sobre o Relatório e a Prestação de Contas tem mais carácter de natureza política do que administrativa, porquanto a análise e verificação técnica das Contas compete à entidade de Tutela (*Tribunal de Contas*). Não deixaremos de nos pronunciar sobre os aspectos políticos e, assim, verificamos que nos documentos não se encontra reflectida com real execução na despesa a maioria das promessas feitas aquando da apresentação de Plano de Actividades e Orçamento, já que aí foi prometida uma realização de 22.584,421 Euros e afinal apenas foi realizada uma despesa de 14.105,927 Euros, verificando-se pois assim um notório incumprimento das vastas promessas o que plenamente justifica a nossa posição de voto contra.

Os Membros do PS

Castro Marim, 28 de Abril de 2022